

A IN/SLTI nº 04/2008 e Avaliação dos Resultados Análise de Pontos de Função – Âmbito do SISP

The IN SLTI 04/2008 and Results Assessment

Cláudio Muniz Machado Cavalcanti

claudio.cavalcanti@planejamento.gov.br

+55 61 2020-1562

São Paulo, XX de setembro de 2010

AGENDA

- Apresentação da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento;
- Apresentação do SISP – Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática;
- Problemas na contratação de TI e suas consequências;
- Acórdãos do TCU na área de TI;
- Novo modelo de contratação;
- Grupo de Trabalho no Governo Federal – Métricas;
- Exemplos de casos no Governo Federal.

SLTI – Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento

- Responsável pela regulamentação das compras e contratações e também pelas normas relacionadas ao uso de Tecnologia da Informação no âmbito da Administração Pública Federal;
- Propor políticas e diretrizes de Tecnologia da Informação, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;
- Atividades relacionadas ao Governo Eletrônico, Melhoria de Infraestrutura de TI, disseminação do software livre e mais eficiência nas compras públicas de TI;
- Entre suas atribuições: planejar, coordenar, supervisionar e orientar, normativamente, as atividades do Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática – SISP;

SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática

- Instituído pelo Decreto 1048/1994;
- Organiza o planejamento, a coordenação, a operação, o controle e a supervisão dos recursos de informação e informática dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, em articulação com os demais sistemas que atuam direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal;
- Ministério do Planejamento como órgão central do sistema, atuando por meio da SLTI;
- Integram o SISP:
 - Como órgãos setoriais, as Unidades de Modernização e Informática dos diversos Ministérios e equivalentes nas Secretarias da Presidência da República;
 - Como órgãos seccionais, as áreas de administração dos recursos de informação e informática das autarquias e fundações.

Problemas na contratação de serviços de TI

- Terceirização global
 - Decreto 2271/1997 dispõe da terceirização dos serviços de informática;
 - Ausência de parcelamento do objeto;
- Alocação de mão de obra
 - Postos de trabalho pagos por presencialidade;
 - Postos de trabalho pagos por resultados;
 - Fornecimento de serviços pagos por disponibilidade;
 - Pagamento homem-hora: risco de renumerar horas improdutivas;
- Não caracterização de serviços
 - Todo serviço de informática era terceirizado ou com mão de obra contratada

Principais consequências

- Falta de domínio do conhecimento pelo órgão contratante
 - Não observância de todos os dispositivos legais e normativos;
 - Sem especialistas no assunto contratado, dispositivos legais podem não ser observados;
- Alto risco para a Administração Pública
 - Problema na contratação reflete problema na gestão do contrato;
- Ineficiência para o governo
 - Aquisições desnecessárias, com baixa qualidade ou não alinhadas às necessidades do negócio;
 - Desperdício de recursos;
 - Facilidade na ocorrência de fraudes;
- Modelo de baixo valor agregado para as empresas

Acórdãos do TCU – Tribunal de Contas da União

- Acórdão 1558/2003:
 - Implantar processo de planejamento minucioso para contratações de bens e serviços de informática;
- Acórdão 786/2006:
 - Metodologia de mensuração de serviços, resultados e renumeração através de métricas;
 - Recomenda à SLTI elaborar um novo modelo de licitação e contratação de serviços de informática para a Administração Pública;
- Acórdão 2471/2008:
 - Reafirma a necessidade de novo modelo de contratação de TI;
 - Consolidação da jurisprudência do TCU.

Novo modelo de contratação

- Publicação da Instrução Normativa nº 4/2008 do Ministério do Planejamento:
 - Marco da nova gestão de TI do Governo Federal;
 - Disciplina a contratação dos serviços de TI pelos órgãos e entidades integrantes do SISP;
 - Estratégia Geral de Tecnologia da Informação para a Administração Pública – anualmente elaborada e revisada;
 - Nova estrutura de pessoal de TI;
 - Licitações realizadas pela modalidade Pregão;
 - Planejamento da contratação

Novo modelo de contratação

- Planejamento da contratação:
 - Estratégia e viabilidade da contratação;
 - Especificação precisa do objeto a ser contratado;
 - Segregação dos serviços e dos contratos na contratação;
 - Procedimentos e critérios de mensuração dos serviços prestados, abrangendo métricas, indicadores e valores
 - Não aferir esforço pela métrica homens-hora
 - Metodologia de avaliação da adequação às especificações funcionais e da qualidade dos serviços;
 - Controle da execução dos serviços.

Inovação na Administração Pública ao disciplinar a utilização de contagem por métricas para a contratação e avaliação dos serviços

Grupo de Trabalho – Métricas Histórico

- Integrantes do SISP diretamente ligados à iniciativas relacionadas a métricas nos órgãos;
- Após IN 04/2008 surge a necessidade de implementar análise de métricas na Administração Pública;
- Acórdãos do TCU recomendam a utilização de métricas na contratação e mensuração dos serviços;
- Órgãos comprometidos a desenvolver políticas e práticas de contagem por métricas;
- Reuniões preliminares para padronizar métodos de contagem por métricas.

Grupo de Trabalho – Métricas Plano de Trabalho Atual

- Definições do grupo de trabalho:
 - Ferramenta de apoio à contagem e banco de métricas:
 - Desenvolvimento da ferramenta pelo Serpro após demanda do Ministério do Planejamento;
 - Capacitação:
 - Agendamento de cursos aos integrantes do SISP interessados em implementar métricas em seus órgãos;
 - Apoio técnico / consultoria:
 - Consultores especializados disponíveis a apoiar órgãos que não possuem maturidade suficiente na utilização de métricas.

Grupo de Trabalho – Métricas Ferramenta de apoio à contagem

- Ferramenta auxiliar a ser utilizada na Administração Pública para apoio à contagem utilizando métricas;
- Utilização de um banco de métricas contendo o histórico das contagens utilizadas pela Administração Pública;
- Alimentação constante deste banco de métricas;
- Ferramenta a ser disponibilizada no Portal do Software Público;
- Atualmente realizando-se o levantamento de requisitos para início do desenvolvimento da ferramenta.

Grupo de Trabalho – Métricas Plano de Capacitação

- Estrutura de cursos de capacitação oferecidos aos órgãos da Administração Pública:
 - Capacitação para utilização de métricas para aquisição de software e serviços nas contratações;
 - Comprometimento dos capacitados em desenvolver e aplicar o conhecimento, bem como disseminar informação;
 - Cursos planejados e oferecidos pela SLTI;
 - Atualmente cursos oferecidos com instrutores do Serpro;
 - Iniciativa para iniciar curso à distância – básico de 16h
 - Oferecimento de cursos intermediários superior a 40h;
 - Cursos avançados como preparatório para obtenção de certificação em métricas;

Grupo de Trabalho – Métricas Apoio Técnico / Consultoria

- Grupo especialista na disciplina Métricas;
- Grupo de consultores da SLTI;
- Prioridade de atendimento aos integrantes do SISP;
- Apoio e consultoria na utilização de métricas:
 - Elaboração de editais com critérios utilizando métricas;
 - Implementação de grupos e servidores capacitados a gerir contratos através de avaliações baseadas em métricas;
 - Técnicas de aceite e qualidade de entrega com utilização de métricas.

Casos no Governo Federal Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educaçãoais Anísio Teixeira

- Roteiro de Contagem – Guia de Contagem do Inep;
 - Embasamento para futuros contratos de desenvolvimento e manutenção de software;
- Utilização da técnica NESMA para estimar legado;
- Objetivos:
 - Contagem NESMA na fase inicial para abertura do processo licitatório;
 - Contagem detalhada do IFPUG complementada pelo Guia de Contagem do Inep para subsidiar pagamento final;

Casos no Governo Federal Dataprev – Processamento de Dados da Previdência Social

- Filiada ao IFPUG, fazendo utilização da técnica de Análise de Pontos de Função há mais de 10 anos;
- Montagem de time de métricas para contagem e validação de pontos de função;
- Planos de obter certificação CFPS para seus profissionais;
- Contratos de desenvolvimento baseados em pontos de função;
- Validação das contagens de pontos de função com a Previdência Social
 - Empresa contratada pela Previdência Social, por sua vez, valida as contagens realizadas pela Dataprev;
- Os projetos em desenvolvimento atualmente na Dataprev totalizam cerca de 48 mil pontos de função.

**Secretaria de Logística
e Tecnologia da Informação**

**Ministério
do Planejamento**